

# Mandato de Sarney

## volta à estaca zero

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Está suspensa desde a noite de sexta-feira qualquer decisão real em torno do mandato do presidente José Sarney. Importa menos, até, saber que a Comissão de Sistema de Governo, na Assembléia Nacional Constituinte, derrubou a sugestão do relator Egdio Ferreira Lima e alterou aquele prazo de quatro para cinco anos. O período de governo do atual presidente passou a depender do sucesso ou do malogro do plano do Novo Cruzado. Dando certo as medidas iniciadas com o congelamento de preços e salários, isto é, refluindo a inflação e caminhando a economia para a normalidade, a decisão a ser tomada pelo plenário da Constituinte, no final do segundo semestre, será favorável às aspirações de Sarney. Ele permanecerá cinco anos no Palácio do Planalto. Fracassando essa derradeira tentativa de evitar o caos econômico-financeiro, não haverá força humana capaz de impedir a fixação do mandato presidencial em quatro anos. Ou até menos, pois a alternativa que se abrirá vai ser de convocação de eleições para pouco depois de promulgada a nova Constituição.

O presidente Sarney estava consciente disso, ao antecipar para sexta-feira o anúncio do plano do Novo Cruzado, conforme revelavam ontem seus principais assessores. Se não agiu em função de seu mandato, sabia muito bem das conseqüências, e delas não fugiu. Jogou todos os cacifes de uma vez, numa só rodada de fogo agora iniciada. Por isso o governo pretende ser implacável no fazer cumprir suas novas diretrizes. Congelamento é congelamento mesmo. Se os preços puderem ser mantidos intocáveis nos próximos 90 dias, será possível minorar a reação das centrais sindicais e dos grupos políticos mais à esquerda, irritados com o fim do gatilho salarial.

Sarney evitou, à última hora, anunciar disposições específicas e também já tomadas a respeito do plano externo, esperando torná-las públicas proximamente. Seus conselheiros acharam demais para um mesmo dia a divulgação do fim do gatilho salarial e da disposição de o Brasil retomar negociações com o Fundo Monetário Internacional e interromper a moratória técnica decretada faz pouco. Mas o rumo é esse, acoplado à decisão de se interromper a adoção de obras novas, do tipo siderúrgica do Maranhão ou ferrovia Norte-Sul. Tais projetos não estão abandonados pelo Palácio do Planalto, mas ficam agora na dependência de a nova política econômico-financeira dar certo e, em função dela, de o mandato presidencial ser fixado em cinco anos. As obras novas ficam para o ano que vem e para 1989, caso a Assembléia Nacional Constituinte tome posição conforme as intenções de Sarney.

Nessa corrida sobre o fim da navalha, registre-se o alívio que amou conta do governo depois de anunciado o novo pacote. Não era para sair há dois dias, mas a divulgação de suas linhas gerais e de seus detalhes pelo O Estado de S. Paulo precipitou a operação prevista apenas para depois de amanhã.

Por conta da precipitação, o ministro Bresser Pereira obrigou-se ao que não queria, isto é, a passar a sexta-feira debruçado sobre a máquina de escrever, redigindo o Novo Cruzado, que apenas hoje ganharia forma definitiva. Como não podia deixar de ser, a falha maior correu por conta dos encarregados da comunicação social do governo. Eles aconselharam Sarney a trabalhar para aparecer duas vezes na mesma noite nos vídeos e microfones, algo meio para os lados do rádio, pois o palco comportaria a montagem de apenas um ato, não de dois. Com a pouca importância da segunda parte, as coisas ficaram piores, pois a segunda aparição de Sarney, uma hora depois da primeira, acabou esvaziada pela sua decisão de não avançar as diretrizes externas relativas ao FMI e ao fim da moratória.

As reações eram ontem tidas como normais. O governo não conseguiu evitar remarcações de última hora, nos preços, mas se não escoar o fim de semana seria pior.

Agora, para todos, é apertar os cintos e não fumar. A falta de euforia da população diante do novo congelamento estava prevista e não criará maiores dificuldades, caso o governo consiga impor sua determinação. Será no final dos 90 dias, e não no início, que as avatações poderão ser feitas, ao contrário do ilusório processo do Plano Cruzado I, do ano passado. O ministro Bresser Pereira não terá grandes problemas em justificar por que negociou o fim da adoção do congelamento. O segredo, para ele, teria de ser a alma do negócio, não obstante algumas situações inusitadas como a negativa paralela que o deputado Hysses Guimarães endossou até a final da tarde de sexta-feira. É provável que ele também já soubesse da decisão, pelo menos com algumas horas de antecedência.

Passa-se, enfim, a um novo patamar onde, mais do que nunca, a economia estará ligada à política. De nada adiantarão montagens psicológicas ou tentativas de formação de blocos partidários pró ou contra os cinco anos de mandato para Sarney. Até mesmo as decisões da Assembléia Nacional Constituinte referentes a outros temas estarão de quarentena. Formalmente adotadas e analisadas nas comissões técnicas e na Comissão de Sistematização, mas, na realidade, subalternadas dos resultados da nova política econômica, que o plenário da Constituinte julgará, querendo, ou não, lá para outubro ou novembro. C.C.